


# Horizontes das **Ciências Sociais Rurais**



**Leonardo Tullio  
(Organizador)**



 **Atena**  
Editora

Ano 2019

**Leonardo Tullio**

(Organizador)

# **Horizontes das Ciências Sociais Rurais**

**Atena Editora**

**2019**

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

H811 Horizontes das ciências sociais rurais [recurso eletrônico] /  
Organizador Leonardo Tullio. – Ponta Grossa (PR): Atena  
Editora, 2019. – (Horizontes das Ciências Sociais Rurais; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-130-5

DOI 10.22533/at.ed.305191802

1. Agronegócio. 2. Pesquisa agrícola – Brasil. I. Tullio, Leonardo.  
II. Série.

CDD 630.72

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “Horizontes das Ciências Sociais Rurais” aborda em seu primeiro Volume uma apresentação de 19 capítulos, no qual os autores tratam sobre a questão da gestão e extensão no meio rural, analisando e discutindo cenários atuais no agronegócio.

Conhecer sobre os conceitos e possibilidades de gestão como sendo ferramentas para estudos sobre este tema vem sendo amplamente discutido, contudo, conhecer as formas de atuação e as políticas envolvidas tornam-se pontos essenciais para desenvolver a crítica construtiva sobre os problemas rurais. Assim, o papel da ciência social está cada vez mais transformando o meio rural.

Transmitir conhecimento e resolver problemas da sociedade é papel de todas, mas nem sempre é possível. A ciência é responsável por gerar conhecimento e tornar o indivíduo crítico sobre o ponto de vista analisado, portanto, adquirir conhecimento exige tempo e crítica é construída com isso.

Por fim, espero trazer conhecimento nesses artigos e incentivar a discussão e entendimento sobre o tema. Bons estudos.

Leonardo Tullio

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
PERCEPÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUIÇÕES FORMAIS	
<i>Noellen Silva Amorim Feuser</i>	
<i>Carlo Otávio Zamberlan</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3051918021</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>20</b>
A TEORIA DA INCOMPLETUDE E OS CONTRATOS NO AGRONEGÓCIO	
<i>Débora Mara Correa de Azevedo</i>	
<i>Glauco Schultz</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3051918022</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>34</b>
EMPREENDEDORISMO RURAL: UMA CATEGORIA DE ANÁLISE EM ASCENSÃO!	
<i>Tatielle Belem Langbecker</i>	
<i>Alessandro Porporatti Arbage</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3051918023</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>52</b>
AS FUNÇÕES PÚBLICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO DA POBREZA EXTREMA NA CHAPADA DIAMANTINA, SEMIÁRIDO DA BAHIA	
<i>Gustavo Bittencourt Machado</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3051918024</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>68</b>
AGRICULTOR GESTOR OU AGRICULTOR OPERACIONAL? NÍVEL GERENCIAL DAS PROPRIEDADES RURAIS DE SERTÃO – RS	
<i>Raquel Breitenbach</i>	
<i>Elisane Roseli Ulrich Zanelato</i>	
<i>Josieli Furlan</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3051918025</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>84</b>
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E CIÊNCIAS AGRÁRIAS: ANÁLISE SISTÊMICA PARA PROPRIEDADES RURAIS	
<i>Raquel Breitenbach</i>	
<i>Vanusa Rossetto</i>	
<i>Géssica Giotti</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3051918026</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>101</b>
HETEROGENEIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR: CONJUNTURA DO BRASIL, RIO GRANDE DO SUL E O CASO DE FLORIANO PEIXOTO	
<i>Raquel Breitenbach</i>	
<i>Luzana Giaretta</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3051918027</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>117</b>
VALUATION DE COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS E PREÇO DE ADESÃO À SOCIEDADE	
<i>Bruno José Canassa</i>	
<i>Davi Rogério de Moura Costa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3051918028</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>134</b>
A POLITICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO	
<i>Francisco Clesson Dias Monte</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3051918029</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>148</b>
PROTAGONISMO E COOPERAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE ECOLÓGICA: A CONSTRUÇÃO DE UM ORGANISMO DE CONTROLE SOCIAL (OCS) NO SUL GAÚCHO	
<i>Fabiana da Silva Andersson</i>	
<i>Fernanda Novo da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30519180210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>161</b>
APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE O PROCESSO DE INTELIGÊNCIA COMPETITIVA E A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NA PRODUÇÃO RURAL	
<i>João Guilherme de Camargo Ferraz Machado</i>	
<i>Carlos Francisco Bitencourt Jorge</i>	
<i>Carlos Eduardo Moreno dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30519180211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>181</b>
ACORDO COMERCIAL MERCOSUL / UE: IMPACTOS NAS IMPORTAÇÕES DO PARAGUAI	
<i>Victor Ramón Enciso Cano</i>	
<i>Manuela Castillo Quero</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30519180212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>197</b>
BIODIESEL POLICY AND RAW MATERIAL ACQUISITION IN PARANÁ STATE: A CASE ABOUT BRAZILIAN BIODIESEL NATIONAL PROGRAM	
<i>Manoela Silveira dos Santos</i>	
<i>Cristiano Stamm</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30519180213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>213</b>
INDICADORES DE VANTAGEM COMPARATIVA DAS REGIÕES DO BRASIL	
<i>Luana Vaniely de Oliveira</i>	
<i>Adonias Vidal de Medeiros Júnior</i>	
<i>Meire Eugênia Duarte</i>	
<i>Genivalda Cordeiro da Costa</i>	
<i>Ana Cristina Nogueira Maia</i>	
<i>Gerlânia Maria Rocha Sousa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30519180214</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>229</b>
CONDICIONANTES E ESTRATÉGIAS PARA PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO MEIO RURAL	
<i>Raquel Breitenbach</i>	
<i>Graziela Corazza</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30519180215</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>239</b>
A EVOLUÇÃO COMÉRCIO AGROLIMENTAR MUNDIAL E SEUS IMPACTOS NO POLO AÇU- MOSSORÓ: UMA ABORDAGEM DE REDES	
<i>Thales Augusto Medeiros Penha</i>	
<i>Paulo Ricardo da Silva Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30519180216</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>255</b>
SISTEMAS NACIONAIS DE INOVAÇÃO E A PRODUÇÃO DE INOVAÇÕES NO MEIO RURAL BRASILEIRO: O CASO DA EMBRAPA	
<i>Karine Daiane Zingler</i>	
<i>Glauco Schultz</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30519180217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>270</b>
A INCLUSÃO DIGITAL COMO FERRAMENTA DE EXTENSÃO RURAL PARA A GESTÃO DO COOPERATIVISMO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO OESTE DO PARANÁ	
<i>Fábio Corbari</i>	
<i>Wilson João Zonin</i>	
<i>Vinícius Mattia</i>	
<i>Marcos Roberto Pires Gregolin</i>	
<i>Patrícia Inês Costa</i>	
<i>Jefferson dos Santos Vorpapel</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30519180218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>286</b>
POBREZA: CONCEITOS, ABORDAGENS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AO FENÔMENO NO ESPAÇO RURAL	
<i>Daiane Loreto de Vargas</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30519180219</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>298</b>

## HETEROGENEIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR: CONJUNTURA DO BRASIL, RIO GRANDE DO SUL E O CASO DE FLORIANO PEIXOTO

### **Raquel Breitenbach**

Professora Doutora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Sertão. E-mail – raquel.breitenbach@sertao.ifrs.edu.br

### **Luzana Giaretta**

Instituição - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Sertão. E-mail - luzanagiaretta@gmail.com

**RESUMO:** A Agricultura Familiar brasileira passou ao longo de décadas por um processo de legitimação no meio acadêmico e político. A partir dessa legitimação construída através das lutas sociais e reconhecimento pelo Estado de sua importância econômica e social, políticas públicas específicas passaram a ser desenvolvidas para essa categoria. Passado o período mais crítico de luta por legitimação enquanto categoria e reconhecimento de sua importância, os esforços – especialmente acadêmicos e de extensão rural – se concentram em demonstrar que essa categoria não é homogênea. Por conseguinte, políticas e intervenções de desenvolvimento rural necessariamente devem se adaptar no sentido de considerar as heterogeneidades do setor. Dessa forma, o presente trabalho objetiva contextualizar a agricultura familiar brasileira, do Rio Grande do Sul e, especificamente,

demonstrar a heterogeneidade da agricultura familiar do município de Floriano Peixoto (RS). Para tanto, a finalidade é descrever a agricultura familiar nesses três níveis territoriais, com enfoque especial para a realidade do referido município, buscando os elementos que a diferenciam e demonstram não haver uma, mas várias agriculturas familiares, corroborando com a hipótese da heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil. A caracterização da agricultura familiar do município permitiu que estes fossem tipificados em dois grupos: Grupo 1 - que majoritariamente optam por atividades que exigem alta escala produtiva para obter lucratividade, como o caso de soja e milho; e Grupo 2 - que trabalha no sentido de agregar valor a produção na unidade familiar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Familiar, Heterogeneidade, Desenvolvimento Rural.

**ABSTRACT:** The Brazilian Family Agriculture spent over decades by a process of legitimation in the academic and political environment. From this legitimation built through social struggles and recognition by the state of its economic and social importance, specific policies have been held for that category. After the most critical period of struggle for legitimacy as a category and recognition of its importance, efforts - especially academics and rural extension - focus on demonstrate that this category is



not homogeneous. Therefore, rural development policies and interventions should necessarily adapt in order to consider the heterogeneity of the sector. Thus, this study aims to contextualize the Brazilian family farming, the Rio Grande do Sul and specifically demonstrate the heterogeneity of family farming in the city of Floriano Peixoto (RS). Therefore, the purpose is to describe the family farming in these three territorial levels, with particular focus on the reality of the municipality, seeking the elements that differentiate and demonstrates no one but several family farms, thus supporting the hypothesis of heterogeneity of agriculture family in Brazil. Characterization of family farming in the city allowed they were typed into two groups: Group 1 which mostly opt for activities that require high production scale for profitability, as the case of soybeans and corn; and Group 2 that works to add value to production in the family unit.

**KEY WORDS:** Family Farming, Heterogeneity, Rural Development.

## 1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva contextualizar a agricultura familiar brasileira, do Rio Grande do Sul e, especificamente, demonstrar a heterogeneidade da agricultura familiar do município de Floriano Peixoto (RS). Para tanto, a finalidade é descrever a agricultura familiar nesses três níveis territoriais, com enfoque especial para a realidade do referido município, buscando os elementos que a diferenciam e demonstram não haver uma, mas várias agriculturas familiares, corroborando com a hipótese da heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil.

Conforme a FAO (2014, p. 2), a agricultura familiar está ligada a diversas áreas do desenvolvimento rural. Considerando países desenvolvidos e países em desenvolvimento, a agricultura familiar é a forma dominante de agricultura no setor de produção de alimentos. Para âmbitos da Lei (Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006), considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

A fim de complementar a discussão conceitual, Del Grossi e Silva (2006) citam a diferença entre agricultura patronal e familiar. Para os autores, a primeira é composta por famílias com três ou mais assalariados permanentes, agrícolas ou pluriativas; enquanto a segunda tem na sua composição famílias que trabalham por conta própria ou com até dois assalariados permanentes, agrícolas ou pluriativas. O Quadro 1 complementa essa diferenciação entre as duas formas de agricultura.

<b>Agricultura patronal</b>	<b>Agricultura familiar</b>
<p>Separação entre gestão e trabalho.</p> <p>Predomínio do trabalho salariado.</p> <p>Tecnologias para a eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”.</p>	<p>Trabalho e gestão relacionados.</p> <p>Trabalho assalariado complementar.</p> <p>Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo.</p>

Quadro 1 – Diferença entre agricultura patronal e familiar

Fonte: Adaptado de Marafon (2006)

Se comparadas a agricultura familiar e não familiar no Brasil, os dados do Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstram que a agricultura familiar representa 84,4% dos estabelecimentos, enquanto a não familiar 25,6%. Os produtores familiares representam mais de 50% dos estabelecimentos, são eles os principais fornecedores de alimentos básicos para a população brasileira, bem como ocupam mais pessoas no campo, sendo 74,4%.

No Rio Grande do Sul (RS) a agricultura familiar representa a maior parte das receitas em comparação com a não familiar, já que os produtos ganham valor na mão dos agricultores familiares. Para Buainaim; Romeiro e Guanzioli (2003, p. 321) “a agricultura familiar é um universo profundamente heterogêneo, seja em termos de disponibilidade de recursos, acesso ao mercado, capacidade de geração de renda e acumulação. Esta diversidade é também regional”.

A heterogeneidade, ou diversidade da agricultura familiar, faz parte de uma discussão atual no meio acadêmico. Por décadas essa categoria buscou se legitimar enquanto tal, para só recentemente orientar as discussões no sentido de que internamente a categoria apresenta distinções que necessitam ser reconhecidas e trabalhadas no sentido de corrigir gargalos e potencializar as forças.

Por exemplo, quando se fala em agricultura familiar, algumas pessoas têm como senso comum pensar em uma família de produtores, produzindo para a sua subsistência sem agregação de valor, trabalhando rudimentarmente e com baixo grau de escolaridade. Entretanto, a agricultura familiar não possui só realidades como essa descrita acima. Com os processos de formação de complexos agroindustriais, também se formaram diferentes tipologias de agricultores familiares e é possível identificar uma parcela destes que vem se modernizando e, com isto, os agricultores também estão se aperfeiçoando, estudando, agregando valor em sua propriedade, produzem para sua subsistência e comercializam. Ou seja, a realidade da agricultura familiar brasileira e em nível de Rio Grande do Sul se mostra diversa e heterogênea.

Mesmo diversa e heterogênea, a agricultura familiar desempenha um papel importante no desenvolvimento econômico do país, o que não impede, por outro lado, de enfrentar vários desafios em âmbito de incentivos para a sua produção. Muito desses desafios se devem a própria incompreensão de que mesmo pertencente a uma classe, existe internamente uma diferenciação e essas particularidades necessitam

ações (políticas públicas, extensão rural, assistência técnica, demais intervenções de desenvolvimento rural) que venham ao encontro das mesmas. Dentro dessa lógica, o presente estudo buscou retratar e descrever as particularidades da agricultura familiar de Floriano Peixoto-RS, destacando os fatores que diferenciam a mesma das demais localidades, bem como fatores de diferenciação da agricultura familiar no próprio município, ou seja, características de heterogeneidade da agricultura familiar de Floriano Peixoto. Assim, organizações com objetivos de intervir para o desenvolvimento do município poderão entender o que está acontecendo com a agricultura familiar local, visualizando e planejando projetos de intervenção adequados a realidade local.

## **2 | METODOLOGIA**

O tema a ser discutido no artigo foi selecionado a partir da observação da necessidade de uma contextualização da heterogeneidade na agricultura familiar brasileira, do Rio Grande do Sul e especialmente do município de Floriano Peixoto, visualizando os principais problemas enfrentados por estes municípios e também os sucessos adquiridos neste setor. A pesquisa em questão pode ser enquadrada em uma pesquisa qualitativa, já que busca descrever de forma aprofundada e detalhada uma realidade. No que se refere ao método, a mesma é considerada um Estudo de Caso, já que visa analisar e contextualizar a realidade da agricultura familiar de Floriano Peixoto.

Para a descrição da agricultura familiar do Brasil e Rio Grande do Sul os principais métodos foram estudo teórico, documental e exploratório. Já acerca da pesquisa empírica que envolve a realidade específica do município de Floriano Peixoto, destaca-se que além da pesquisa bibliográfica e documental, também se contemplou o estudo exploratório.

Como instrumento de pesquisa foi utilizado pesquisa documental em dados primários e secundários e entrevistas com informantes-chaves. Destaca-se que a principal fonte de dados foi a Emater de Floriano Peixoto, a qual faz acompanhamento constante da realidade da agricultura familiar local e conta com um importante banco de dados que auxiliam na compreensão dessa agricultura. Os dados consultados, portanto, se referem à situação municipal, a partir dos quais se objetivou realizar análises de dados sobre a população rural municipal, a produção vegetal, animal, políticas públicas municipais e indicadores sociais.

## **3 | AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL**

Desde a década de 1960, de forma mais intensiva, a agricultura brasileira vem se transformando, se modernizando ampliando-se em prol de sua melhor condição

de trabalho, fazendo com que a sua importância seja percebida mundialmente. Atualmente, o Brasil é destaque na produção de *commodities* no mercado mundial, mas para a alimentação da população são necessários alimentos diversificados e saudáveis para manter a segurança alimentar, os quais se encontram em maior quantidade na agricultura familiar brasileira.

As particularidades da agricultura familiar baseiam-se em mão de obra, terra e renda, em que a família concentra o trabalho e renda na propriedade (TINOCO, 2008). De modo geral, os agricultores familiares produzem e vendem o excedente da produção que não é designado para a sua subsistência. Gazolla (2004) complementa que “A agricultura familiar é uma forma de produção e trabalho que detém uma relativa autonomia decisória na alocação dos fatores de produção quando confrontada com o contexto social e econômico em que está inserida”.

A utilização da expressão agricultura familiar no Brasil é recente. Até pouco tempo, os documentos oficiais e os textos acadêmicos usavam como noções equivalentes “agricultura de baixa renda”, “pequena produção”, “agricultura de subsistência” (ABRAMOVAY, 2000).

Segundo o Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar (2013), a partir dos anos 90 se observa um interesse maior em torno da agricultura familiar no Brasil. Especialmente a partir desse período, se estabeleceu políticas em prol da agricultura familiar, que passou a ser mais valorizada no território nacional.

O setor familiar ganhou muito com o passar dos anos, mas as políticas públicas dependem de ferramentas de crédito para alcançar seus objetivos. O Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar (2013, p. 88) ainda destaca que a agricultura é mais valorizada atualmente pelo seu fortalecimento nos últimos dez anos, notadamente estimulado por políticas públicas adequadas.

Diversas atuações colaboraram para o fortalecimento da agricultura familiar no país. Entre estas ações destaca-se o crédito rural, de modo especial o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que promove o desenvolvimento local por meio da valorização humana e dos recursos naturais; assistência técnica, extensão rural e capacitação desenvolvida pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) (BIANCHINI, 2006).

Quando abordada a agricultura familiar no mundo, também é possível visualizar sua importância. Como mostra Heberlê (2014, p. 1-2), existem de cerca de 570 milhões de unidades produtivas dedicadas a agropecuária, em todo o mundo, sendo que mais de 500 milhões podem ser consideradas típicas do modelo de base familiar. Além disso, a maioria das unidades agrícolas mundiais é pequena e a produção que realizam não tem volume expressivo, mas têm alta relevância social e cultural. O autor destaca ainda, que os dados da FAO mostram que em 111 países 72% das propriedades têm menos de um hectare; 12% tem entre 1 a 2 hectares e 10% entre 2 e 5 hectares. As propriedades com mais de cinco hectares representam apenas 6%. Ou seja, existem mais de 410 milhões de propriedades com menos de 1 hectare e mais de 475 milhões

com menos de 2 hectares.

Em âmbito nacional o setor familiar é notado por sua relevância especialmente no que se refere à geração de emprego e produção de alimentos que são consumidos pela sociedade urbana e rural. No entanto, destaca-se que o segmento da agricultura familiar brasileira é heterogêneo, e responde por importante parcela da produção agropecuária, além de apresentar inter-relações estreitas com o segmento industrial e de serviços, contribuindo de forma expressiva no produto gerado pelo agronegócio (GUILHOTO *et al.*, 2007).

O Censo Agropecuário 2006 mostra a evolução da importância do segmento da agricultura familiar no Brasil comparando com o Censo que foi efetivado em 1996. No ano de 2006 (Tabela 1), a agricultura familiar em relação ao número de estabelecimentos e pessoas ocupadas, aumentou a sua produção. Pode-se analisar também, que aumentou o número de estabelecimentos e a área total decaiu 1%, bem como aumentou a população ocupada, mas que com esta queda de área ainda teve um aumento na produção.

<b>Agricultura Familiar no Brasil</b>	<b>1996</b>	<b>2006</b>
Números de estabelecimentos (%)	85	88
Estabelecimentos (milhões)	4,139	4,551
Estabelecimentos (ha)	107,8	106,8
Área total (%)	31	32
Pessoas ocupadas (%)	77	79

Tabela 1 – Evolução da agricultura familiar brasileira 1996 – 2006

Fonte: Censo Agropecuário 2006

Já analisando a Tabela 2, que faz um comparativo entre a agricultura familiar e não familiar, pode-se concluir que a agricultura familiar ocupa 24,3% da área total dos estabelecimentos e é responsável por 38% do valor bruto da produção gerada. A agricultura tem uma tendência de redução de pessoas ocupadas desde 1985 no Brasil, mas a familiar retém um maior número de ocupação que a não familiar: 15,3 pessoas por hectare e 1,7 pessoas por hectare respectivamente. O valor bruto da produção é 89% superior ao da não familiar.

<b>CrITÉRIOS considerados</b>	<b>Agricultura Familiar</b>	<b>Agricultura Não Familiar</b>
Estabelecimentos (%)	84,4	24,3
Área total (%)	24,3	75,7
Valor Bruto Produção (%)	38	62
Valor Bruto Produção (R\$)	89 milhões	54 milhões
Pessoal Ocupado (%)	74,4	25,6
Pessoal Ocupado (milhões de pessoas)	12,3	4,2
Valor Bruto da Produção (por área total R\$/ha/ano)	677	358

Tabela 2. Agricultura familiar *versus* agricultura não familiar no Brasil.

Fonte: Censo Agropecuário 2006

A agricultura familiar, portanto, ocupa uma área consideravelmente menor comparado com a não familiar. No Rio Grande do Sul os agricultores familiares estão presentes em todo estado, ocupando a terceira posição nacional em 2006 por concentrar 8,7% do total dos estabelecimentos familiares brasileiros (Grando, 2012). Ainda, ocupa 6,172 milhões de hectares, sendo que 39,8% são destinados para lavouras temporárias e 3,5% ocupadas com lavouras permanentes, pastagens 27,6%, matas e/ou florestas naturais que servem de reserva legal 5,0%, como pode ser visto na Tabela 4.

Tipos de utilização das terras	Área (ha)		Agricultura Familiar (%)	
	Total	Agricultura Familiar	Participação na área total do RS	Participação-utilização das terras
Lavouras	6.905.582	2.755.134	195,3	44,6
Pastagens	9.206.664	1.917.846	70,5	31
Matas ou Florestas	2.838.461	1.029.114	104,6	16,7
Outras utilizações	1.252.029	472.376	177	7,7

Tabela 4: Utilização das terras nos estabelecimentos por tipo de utilização na agricultura familiar no Rio Grande do Sul – 2006

Fonte: Adaptado de Grando (2012)

Complementando, a agricultura familiar tem mais representatividade que a não familiar (XAVIER; MARQUES E ALMEIDA, 2012). Conforme a Tabela 5, a agricultura familiar representa a maior parte dos estabelecimentos, bem como as agroindústrias têm agregado mais valor no setor da agricultura familiar. Assim, a agricultura familiar usufrui de menos proporção de terras em comparação com a não familiar e, mesmo assim, tem importante participação da receita.

Crítérios considerados	Familiar	Não Familiar
Proporção de estabelecimentos	86 %	14 %
Participação do valor da produção agropecuária	54 %	46 %
Participação das receitas obtidas	50 %	50 %
Participação da agroindústria - agregar valor	65 %	35 %
Proporção da propriedade da terra	31 %	69 %

Tabela 5. Agricultura familiar *versus* não familiar no Rio Grande do Sul.

Fonte: Censo Agropecuário 2006

Portanto, a presente seção buscou apresentar a situação da agricultura familiar no Brasil e Rio Grande do Sul. Como principais conclusões da seção destaca-se a comprovada eficiência superior da agricultura familiar se comparada a não familiar, especialmente no que se refere à geração de produção, renda e inserção social.

#### **4 | HETEROGENEIDADE E PLURIATIVIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E RIO GRANDE DO SUL**

A heterogeneidade é uma característica intrínseca na agricultura familiar brasileira, já que as unidades de produção se diferenciam no que se refere à agregação de valor na propriedade, na diversificação produtiva, na diferenciação dos produtos produzidos, no destino da produção, na tecnologia empregada, nos sistemas produtivos, na disponibilidade de recursos, na qualificação dos agricultores, entre tantos outros fatores. Nesse contexto, destaca-se que a heterogeneidade resulta da formação histórica e cultural, condições do ambiente e políticas públicas (BATALHA; BUAINAIM; FILHO, 2005).

A abordagem de heterogeneidade demanda esforço para a análise de realidades, bem como esses esforços serão maiores quanto mais complexas forem estas realidades (CONTERATO; SCHNEIDER; WAQUIL, 2010). Cada produtor familiar adota, por exemplo, um tipo de sistema de produção, resultando em diversidade entre os estabelecimentos familiares. Mesmo assim é possível agrupa-los em grupos/ tipologias em que as estratégias sejam parecidas (FONTOURA *et al.*, 2014).

Schneider (2003, p. 103) alerta para outra característica que tem ganhado reconhecida importância na agricultura familiar, a pluriatividade. Para o autor, o

[...] termo procura focalizar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e das famílias que vivem na unidade produtiva. Preocupa-se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural, como com a terra e as questões agrícolas. A pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico que sempre inclui o trabalho agrícola, o que não quer dizer que esta atividade seja exclusiva ou mesmo a mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, ou ainda serem motivadas por considerações não relacionadas à agricultura.

O fato de estar presente ou não a pluriatividade nas diferentes regiões com predominância de estabelecimentos de agricultura familiar é propriamente um fator e uma característica comprobatória da heterogeneidade da agricultura familiar gaúcha. Conterato e Schneider (2005) realizaram uma pesquisa no Rio Grande do Sul no período de 2002/2003 nos municípios de Veranópolis, Morro Redondo, Salvador das Missões e Três Palmeiras, a partir da qual destacam a heterogeneidade da agricultura familiar. Observaram que estava presente em 44,1% das famílias de agricultores familiares, demonstrando o alcance e a importância que assume a pluriatividade na

agricultura familiar do Rio Grande do Sul (CONTERATO e SCHNEIDER, 2005).

Del Grossi e Silva (2006) destacam que a visão acerca de que os agricultores familiares sobrevivem exclusivamente dos ganhos das atividades agrícolas é equivocada. Até famílias pobres que vivem das atividades agrícolas dispõem das aposentadorias ou auxílio de programas governamentais (18% a 33% da renda das famílias).

Assim, o espaço rural não pode ser visualizado como sinônimo apenas de produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão de obra. Pode oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando uma gestão com múltiplos propósitos do espaço rural. Além disso, proporciona a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas (SILVA, 1997). É nesta lógica que a agricultura familiar no Brasil ganha importância enquanto valorização do território. Pois é uma integração de manejos da parte agrícola, visando o autoconsumo da família em um equilíbrio, destacando-se o fato da produção e consumo, preservação e valorização do território (BIANCHINI, 2006).

Outro fator que apoia a tese da heterogeneidade na agricultura familiar, é que mesmo onde tem pluriatividade, ela se manifesta com características distintas entre as propriedades rurais. Ou seja, a pluriatividade modifica-se segundo as regiões do Brasil (CONTERATO e SCHNEIDER, 2005).

O que se observou é que as pesquisas que visam apontar e descrever as particularidades da agricultura familiar no que se refere aos fatores que a tornam heterogênea ainda são insipientes, o que corrobora para a justificativa da presente pesquisa. A pesquisa de referencial teórico acerca desse tema resultou em escassos materiais e demonstra um campo de estudo a ser explorado. Por outro lado, as informações já relatadas dão conta de expor a inquietação acerca do tema, especialmente ao destacar que realidades distintas dentro da agricultura familiar, correspondem a necessidades também distintas. Conhecer essas necessidades é fundamental no sentido de atendê-las de forma mais eficiente.

## **5 | AGRICULTURA FAMILIAR DE FLORIANO PEIXOTO: PARTICULARIDADES E HETEROGENEIDADE**

O presente trabalho buscou fazer uma análise e descrição da agricultura familiar de Floriano Peixoto, município localizado ao Norte do Estado do Rio Grande do Sul, na região do Alto Uruguai e microrregião de Erechim. Distante 350 km de Porto Alegre (capital gaúcha), o município tem 168 km<sup>2</sup>, densidade de 11,98 hab/km<sup>2</sup> consta com 2018 habitantes, sendo que destes 292 são urbanos e 1726 são rurais, 577 famílias são agricultores familiares e 51 famílias não familiares.

Conforme os dados secundários disponibilizados pela Emater do município, este é composto por 1.726 pessoas no meio rural. Destes, 54,28% são homens, e



45,72% mulheres, conforme representado na Tabela 6. Portanto, os dados indicam uma masculinização no campo a partir de um diferencial de cerca de 10% no número de homens e mulheres, ou 148 homens a mais que mulheres. Observa-se que na faixa etária de mais de 60 anos (idosos), o percentual de diferenciação entre homens e mulheres diminui, sendo 10,08% para o primeiro e 10,66% para o segundo, sobre o total da população rural, ou seja, tem mais mulheres idosas do que homens.

<b>Categoria</b>	<b>Total Rural</b>	<b>Homem Rural</b>	<b>% Homem Rural</b>	<b>Mulher Rural</b>	<b>% Mulher Rural</b>
<b>Crianças</b>	283	151	8,75	132	7,65
<b>Jovens</b>	335	197	11,41	138	8,00
<b>Adultos</b>	750	415	24,04	335	19,40
<b>Idosos</b>	358	174	10,08	184	10,66
<b>Total</b>	1726	937	54,28	789	45,72

Tabela 6: População do município de Floriano Peixoto.

Fonte: Adaptado de: Emater Floriano Peixoto-RS

Froehlich e Rauber (2009, p.8), ao realizaram um estudo com os municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul (COREDE Central/ RS), constataram que:

Os municípios com comportamento padrão na primeira faixa etária, de 0 a 14 anos, caracterizam-se por um equilíbrio entre os sexos. Na segunda faixa etária percebe-se nitidamente a diminuição do percentual de mulheres, demonstrando o processo de masculinização rural entre os jovens de 15 a 24 anos. Já na terceira faixa, de 25 a 59 anos, este processo de masculinização continua ainda mais acentuado. E na última faixa, de 60 anos e mais, observam-se dois comportamentos distintos: um grupo de municípios inverte a situação, mostrando um predomínio feminino entre as pessoas com 60 anos ou mais; enquanto o outro grupo continua a apresentar preponderância masculina na população rural.

Observa-se na região do presente estudo que ocorre comportamento semelhante ao descrito pelos autores. Sendo que para os idosos, se constatou a segunda situação, ou seja, preponderância masculina na população rural. A masculinização deve-se ao fato de que no meio rural existe uma deficiência de oportunidades para os jovens, bem como a divisão de trabalho faz com que as tarefas realizadas pelas crianças, jovens e mulheres fiquem invisíveis aos olhos do chefe da família. Além disso, é comum seguir as tradições familiares nas execuções dos serviços e a exclusão das mulheres na hereditariedade de terras (BRUMER, 2000).

A mulher perdeu parcialmente seu espaço no campo e existe uma desigualdade de gênero, as mulheres não têm muitas perspectivas no meio rural e nem motivação para continuar no campo. Porém, as mudanças na legislação, como o exemplo da aposentadoria e auxílio maternidade, são formas de motivar as mulheres no campo (BRUMER, 2000).

O Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar (2013, p. 19) relata que a os homens são a maioria na agricultura familiar (dois terços). Mas o número de mulheres ocupadas também é significativo, somando 4,1 milhões de mulheres, o que representa somente um terço dos ocupados. As propriedades familiares possuem, em média, 1,75 homem e 0,86 mulher ocupados, com 14 anos ou mais.

No que se refere à questão do baixo índice de jovens no campo (Tabela 6), destaca-se que o não acesso a renda periódica para os jovens, área pequena da propriedade dos pais, frustrações de safras por causa das intemperes climáticas, poucas opções de lazer no meio rural, masculinização no meio rural, são fatores que contribuem para que o jovem de Floriano Peixoto abandone o campo e busque seu futuro na cidade. O meio urbano é visualizado como o local em que eles podem ter sua independência, ter seu próprio dinheiro e ser o gestor de seus gastos, ter opções de lazer urbano, ter acesso a internet, tecnologias e estudo.

Para Carneiro (2007) os motivos de migração para o urbano podem residir no desejo do maior convívio social, além da busca de atividades mais remuneradas. Existe ainda, a diferenciação de escolhas e preferências entre as jovens e os jovens no que se refere a permanência no meio rural, já que as mulheres em maior número optam por estudar e migrar para o urbano, comparativamente com os homens (Carneiro, 2007). Para a autora, muitas vezes as mulheres não são reconhecidas pelo trabalho que realizam no meio rural e, portanto, essa atividade acaba não trazendo realização pessoal.

Por isso, é necessário criar um ambiente social que instigue a informação e beneficie novas ideias de transformar empreendimentos, já que a sociedade não proporciona expectativas para que exista inovação em projetos privados ou sociais (ABRAMOVAY, 2005). Os jovens rurais deveriam ser o foco de pensamentos e ações estratégicas para criar oportunidades para que tenham e façam suas escolhas. Podem ser os principais responsáveis pelo desenvolvimento rural, tendo em vista seu conhecimento e sua capacidade, bem como os laços existentes entre os jovens rurais pode ser uma força de transformação local (TAVARES; LEMOS, 1995).

No entanto, os jovens rurais, oriundos da agricultura familiar, em alguns aspectos, amadurecem socialmente mais cedo que os jovens que se inserem em outras atividades produtivas devido a certas responsabilidades vinculadas ao processo de trabalho. Por outro lado, eles tendem a atrasar sua autonomia social em função do caráter patriarcal que caracteriza esta atividade (WEISHEIMER, 2009).

O município tem 577 famílias de agricultores familiares e 51 famílias de não familiares, ou seja, 92% dos estabelecimentos são enquadrados como familiares, acima (14%) da média do RS que é de 86% (IBGE, 2006). Destes estabelecimentos, 45 famílias têm menos de 5 hectares, 310 famílias têm entre 5 e 20 hectares, 235 famílias têm de 20 a 50 hectares e 29 famílias tem de 50 a 100 hectares. Essa estratificação demonstra que embora a maioria dos estabelecimentos tenha pouca área, não se encontram muitos estabelecimentos na faixa com menos de 5 há, assim como são

poucos os estabelecimentos na faixa de 50 a 100 há. Portanto, o percentual mais significativo concentra-se nas famílias com propriedades entre 5 e 50 hectares.

A área total disponível municipal é de 14.610 hectares, sendo que as áreas com menos de 5 hectares estão com 7,27% da população produtora, ocupando 0,92% da área total, sendo uma área de 135 hectares. A população que tem entre 5 e 20 hectares representa 50,08%, obtém 31,83% da área total sendo uma área de 4.650 hectares. Entre 20 e 50 hectares, representa 37,97% da população, sendo que obtém 48,25% da área total, uma área de 7.050 hectares e, por fim, a população que tem área entre 50 e 100 hectares representa 4,68%, sendo que obtém 19% da área total, que totaliza 2.775 hectares.

Acerca das principais atividades desenvolvidas nas unidades de produção familiares, é possível constatar que o principal destino destas produções é consumo próprio e comercialização. Milho e Soja despontam na frente em área destinada para produção, número de produtores e conseqüente produção. O Trigo está em terceira colocação em área e produção, seguido da Erva-Mate. Na seqüência visualizam-se atividades com menor área destinada e menor produção, mas que por não serem *commodities* permitem outras possibilidades de uso ao agricultor, como é o caso da agregação de valor aos produtos (agroindustrialização).

Observa-se que 91,32% da área total destinada à produção vegetal é dedicada para a produção de grãos, sendo que somente 8,67% do total é designada à produção de outras culturas. O que explica este fator é que a produção de grãos não exige muita mão de obra e a fruticultura, por exemplo, exige maior trabalho manual. Por outro lado, em áreas que não são mecanizáveis são priorizados os cultivos de uva, citros, pêssigo e feijão, por exemplo, que podem ser plantados em terras com maior declive.

Acerca da produção animal, é importante o número de agricultores que se dedicam a atividades de produção animal. Porém, boa parte destas atividades é de subsistência, como é o caso de aves de corte e postura e bovinocultura de corte. Por outro lado, a bovinocultura de leite é produzida comercialmente em cerca de 190 propriedades, bem como existe um importante mercado informal de apicultura que envolve 200 propriedades.

A Emater do município aponta para uma tendência de diminuição da produção animal nas pequenas propriedades, pois percebe um grande aumento de agricultores adquirindo industrializados nos supermercados. Esse fator leva a uma diminuição na criação para subsistência. As políticas públicas municipais, estadual e federal, por outro lado, têm incentivos os produtores com patrulha mecanizada, programa municipal de reflorestamento, programa de incentivo a bovinocultura de leite, programa estadual de irrigação, programa leite gaúcho, PRONAF, programa nacional de crédito fundiário.

Por fim, no que se refere a infraestrutura, destaca-se que não é adequada para a agricultura familiar, especialmente pelos seguintes fatores: as casas no meio rural são inadequadas quanto ao tamanho para o número de pessoas residente; 25% dos domicílios apresentam saneamento adequado, o restante não adequado 72,5%.

A água potável está mais escassa com o passar dos anos, muitas contaminadas por agrotóxicos e coliformes fecais. As comunidades têm abastecimento por poços artesianos e todos os domicílios habitados do município apresentam energia elétrica e atende a demanda da residência.

A partir destes dados, é possível ter um diagnóstico da realidade rural de Floriano Peixoto, especialmente dos estabelecimentos familiares. Observam-se as principais atividades e condições produtivas, podendo inferir sobre a diversidade presente na agricultura familiar do município.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho foi possível destacar aspectos intrínsecos da agricultura familiar no Brasil, Rio Grande do Sul e Floriano Peixoto. É possível concluir que, mesmo em um município pequeno como Floriano Peixoto, há heterogeneidade na agricultura familiar, apontando a necessidade do reconhecimento desta diversidade na adaptação das políticas públicas.

O Estado deve olhar com cautela para esse segmento já que a agricultura familiar é importante do ponto de vista social e econômico para o município estudado, o qual produz mais em menos terra e emprega mais pessoas se comparado a não familiar. Além disso, o município não tem possibilidade de expandir em área plantada, pois suas terras agricultáveis já estão ocupadas e as terras ainda disponíveis não são mecanizáveis, são terras de difícil acesso.

A partir da caracterização da agricultura familiar do município foi possível constatar que existem fatores que apontam para a heterogeneidade dos estabelecimentos de caráter familiar local. De modo geral, os agricultores foram tipificados em dois grupos:

Grupo 1 - Majoritariamente optam por atividades que exigem alta escala produtiva para obter lucratividade, como *commodities*, em especial soja e milho. Em áreas com condições impróprias para mecanização, os agricultores optam por implantar atividades que se adaptam ao relevo, como o caso de hortifrutigranjeiros e silvicultura. Nesta realidade, os agricultores não reconhecem as limitações econômicas e de autonomia ao adotarem atividades extensivas em capital e mão de obra, como é o caso da soja, as quais não têm boa rentabilidade em baixa escala produtiva e, conseqüentemente, baixa remuneração dos fatores de produção.

Grupo 2 - Em contrapartida, um grupo minoritário de agricultores trabalha no sentido de agregar valor a produção na unidade familiar e, dessa forma, apostam em atividades mais intensivas, como produção de leite, hortigranjeiros, fruticultura para fins comerciais ou, ainda, a agroindustrialização, ainda que informal, da produção primária. Ou seja, esse segundo grupo opta pela maior diversificação da produção e fontes de renda, permitindo uma melhor remuneração dos fatores de produção, especialmente terra, capital e mão de obra.

É provável que essas duas categorizações não permitam contemplar as especificidades de toda a agricultura familiar de Florianópolis, mas resulta de um esforço de reunir os casos semelhantes. Embora realizada tal distinção nos grupos, é importante destacar que pelas características de relevo, ensino formal, saúde, infraestrutura, ambos os grupos necessitam de ações no sentido de promover o desenvolvimento rural e evitar a maior descapitalização das unidades de produção.

Essas ações de intervenção devem convergir no sentido de solucionar os principais problemas identificados e relatados no artigo, como: a masculinização no campo; migração dos jovens para o urbano; problemas de saúde e infraestrutura; falta de conhecimentos técnicos e gerenciais que dificultam a escolha de estratégias produtivas corretas para as áreas disponíveis; educação; bem como projetos de sucessão rural e melhoria da qualidade de vida no campo.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em perspectivas**. vol. 11, nº2. 2000, p. 1-12. Disponível em: <[http://scholar.google.com.br/scholar?q=Agricultura+familiar+e+uso+do+solo&hl=pt-BR&as\\_sdt=0&as\\_vis=1&oi=scholar&sa=X&ei=7W9bVNrGGbDIsATwkoKIBA&ved=0CBwQgQMwAA](http://scholar.google.com.br/scholar?q=Agricultura+familiar+e+uso+do+solo&hl=pt-BR&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholar&sa=X&ei=7W9bVNrGGbDIsATwkoKIBA&ved=0CBwQgQMwAA)>. Acessado em: 23 set. 2014.

ABRAMOVAY, Ricardo. Juventude rural: ampliando as oportunidades. **Raízes da terra: parcerias para a construção de capital social no campo**. Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília – DF, Abr. de 2005, Ano 1, nº 1. Disponível em: <[http://www.fea.usp.br/feaecon/media/fck/File/juventude\\_rural\\_ampliando\\_oportunidades.pdf](http://www.fea.usp.br/feaecon/media/fck/File/juventude_rural_ampliando_oportunidades.pdf)>. Acessado em: 15 set. 2014.

ANUÁRIO BRASILEIRO DA AGRICULTURA FAMILIAR 2013. **Gestão e trabalho das famílias no campo**. Erechim (RS). Jan. 2013, p. 8-35.

BATALHA, Mário O.; BUAINAIN, Antônio M.; SOUZA FILHO, Hildo M. de. **Tecnologia de gestão e agricultura familiar**. 2005. p. 1-19. Disponível em: <<http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/Tecnologia%20de%20Gest%C3%A3o%20e%20Agricultura%20Familiar.pdf>>. Acessado em: 22 ago. 2014.

BIANCHINI, Valter. Políticas públicas para a agricultura familiar. In: CONTI, Irio L.; PIES, Marcelino; CECCONELLO, Rene (orgs). **Agricultura familiar caminhos e transições**. Passo Fundo (RS). 2006, p. 236-245.

BRANDÃO, Antônio S. P. Política agrícola em países de renda média Uma perspectiva brasileira. **Revista de política agrícola**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Política Agrícola, Companhia Nacional de Abastecimento. Ano 1, n. 1. 1992.

BRASIL. **Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm)>. Acessado em: 30 out. 2014

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2000. p. 205-227. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699>>. Acessado em: 19 set. 2014.

BUAINAIN, Antônio M.; ROMEIRO, Ademar R.; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologias**, Porto Alegre: UFRGS/PPSSoc, 2003, p. 312-347. Disponível em: <<http://>>

[www.seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/5434](http://www.seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/5434)>. Acessado em: 29 out. 2014.

CARNEIRO, Maria José. Juventude e novas mentalidades no cenário Rural. In: CARNEIRO, Maria José; DE CASTRO, Elisa Guaraná. **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro; Mauad X, 2007.

CONTERATO, Marcelo A.; SCHNEIDER, Sergio. **Tipos de pluriatividade na agricultura familiar e desenvolvimento rural**. p. 1-22. 2005. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/643.pdf>>. Acessado em: 23 set. 2014.

CONTERATO, Marcelo A.; SCHNEIDER, Sergio; WAQUIL, Paulo D. Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar. **Ensaio FEE**. Porto Alegre. v. 31. n. 1, 2010, p. 149-186. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/777.pdf>>. Acessado em: 22 ago. 2014.

DEL GROSSI, Mauro E. ; SILVA, José G. da. Movimento recente da agricultura familiar. In: FILHO, Flávio B. Botelho (org). **Avaliação de políticas públicas rurais**. Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Agrários. v.6. n.24. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

DEMO, Pedro; **Pesquisa e informação qualitativa**. Campinas (SP). Editora Papirus. 2006.

Diagnóstico rural participativo – guia prático DRP. Brasília, março de 2006.

FAO- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. O que é agricultura familiar? Disponível em: <http://www.fao.org/family-farming-2014/home/what-is-family-farming/pt/>. Acessado em: 23 set. 2014

FLICK, Uwe; **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre (RS). Artmed Editora S.A. 2008, p. 7-13.

FONTOURA, Andréia F. da *et al.* **Tipologias dos estabelecimentos rurais do município de Paraíso do Sul**. s/d. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/Artigo%20Uergs%20-%20pronto..pdf>>. Acessado em: 28 out. 2014.

FROEHLICH, José M.; RAUBER, Cassiane da Costa. Dinâmica demográfica rural na região central do Rio Grande do Sul: êxodo seletivo e masculinização. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Porto Alegre. 2009. p. 1-14. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/744.pdf>>. Acessado em: 04 ago. 2014.

GAZZOLA, Marcio. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. Porto Alegre (RS): Série PGDR/UFRGS (dissertação de mestrado), p. 1-287, 2004. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5583> . Acessado em: 26/09/2014.

GLOBO RURAL. **PIB da agropecuária cresce 3,6% no 1º trimestre, diz IBGE**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2014/05/pib-da-agropecuaria-cresce-36-no-1o-trimestre-diz-ibge.html>>. Acessado em: 15 set. 2014

GRANDO, Marinês Z. Um retrato da agricultura familiar gaúcha. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.39, n. 4,2012 , p. 159-176 Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/2645/3091>>. Acessado em: 04 ago. 2014.

GROSSI, M. Del; SILVA, J. Graziano da. Mudanças recentes no mercado de trabalho rural. **Parcerias Estratégias**, n. 22, Brasília: CGEE, jun. 2006.

GUILHOTO, Joaquim J. M. **PIB da agricultura familiar: Brasil – Estados**. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007, p.9-65 Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/md000010.pdf>>. Acessado em: 23 set. 2014.

HEBERLÊ, Antonio L. O. A agricultura familiar brasileira no contexto mundial. 2014. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1871776/artigo-a-agricultura-familiar-brasileira-no-contexto-mundial>>. Acessado em: 19 set. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro\\_2006.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf). Acessado em: 19 set. 2014.

LOPES, Jorge. **O fazer do trabalho científico em ciências sócias aplicadas**. Editora universitária UFPE. 2006.

MARAFON, Gláucio J. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense, **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, fev. 2006, p. 17-60.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. Ed. Atlas, São Paulo, 7. Ed. 2007, p. 1-259.

PÁDUA, Elisabete M. M. de. **Metodologia da pesquisa abordagem teórico-prática**. Campinas (SP). Editora papiros. 10º ed. 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Rev. Bras. Ci. Soc.** n. 51. fev. 2003. p. 99-192.

SILVA, José G. da. O novo rural brasileiro. **Nova economia**. v. 7, n. 1. p. 1-28. 1997. Disponível em: <<http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/novaeconomia/article/view/2253>>. Acessado em: 28 ago. 2014.

TAVARES, D.; LEMOS, N. (Org.). **Juventude e Desenvolvimento Rural do Cone Sul Lationamericano**. Santiago do Chile: PROCODER – EMATER – IICA, 1995.

THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K.; SILVERMAN, Stephen J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. Porto Alegre (RS). Artmed Editora LTDA, divisão do Grupo a educação S.A. 6ª edição, 2011, p. 311-324.

TINOCO, Sonia T. J. Conceituação de agricultura familiar uma revisão bibliográfica. Parte da Tese: **Análise sócio-econômica da piscicultura em unidades de produção agropecuária familiares da região de Tupã, SP**. 2008. Disponível em: <[http://www.cati.sp.gov.br/Cati/\\_tecnologias/teses/CONCEITUACAO\\_AGRICULTURA\\_FAMILIAR\\_PARTE\\_DA\\_TESE\\_DOUTORADO.pdf](http://www.cati.sp.gov.br/Cati/_tecnologias/teses/CONCEITUACAO_AGRICULTURA_FAMILIAR_PARTE_DA_TESE_DOUTORADO.pdf)>. Acessado em: 22 set. 2014.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil da agricultura familiar**. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais**: mapas de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

XAVIER, Karine D.; MARQUES, Dinamar M. F.; ALMEIDA, Luiz M. de M. C. A relevância da agricultura familiar segundo dados do Censo Agropecuário de 2006: Uma análise comparativa entre Goiás e os estados do Pará, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul. **Conjuntura econômica Goiana**. Goiânia: Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás. n. 21. 2012. p. 26-34. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj21/artigo03.pdf>>. Acessado em: 26 ago. 2014.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**Leonardo Tullio** - Engenheiro Agrônomo (Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais- CESCAGE/2009), Mestre em Agricultura Conservacionista – Manejo Conservacionista dos Recursos Naturais (Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR/2016). Atualmente, doutorando em Ciências do Solo pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, é professor colaborador do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, também é professor efetivo do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE. Tem experiência na área de Agronomia. E-mail para contato: [leonardo.tullio@outlook.com](mailto:leonardo.tullio@outlook.com)



Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-130-5



9 788572 471305